

# TCU discute a nova matriz energética brasileira

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou debate sobre o fornecimento de energia no País. Além de avaliar as fontes disponíveis, o encontro permitiu a discussão sobre oferta e demanda de insumos como petróleo, infra-estrutura para a área e abordagem de perspectivas para a composição da matriz energética brasileira.

O evento ocorreu nos dias 11 e 12 de novembro de 2008 na sede do TCU em Brasília. Durante esses dois dias, foram abordados temas como energia nuclear e meio ambiente, produção de biocombustíveis, com destaque para o etanol, e avaliação dos riscos de desabastecimento de energia elétrica. Os participantes discutiram, também, a quantificação do estoque de recursos naturais que está sendo empregada na obtenção do presente nível de oferta global de energia.

Participaram do encontro, os ministros de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, parlamentares, instituições que atuam no setor, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e pesquisadores da área.

Além de facilitar o alcance de soluções, o encontro pretende reforçar o diálogo do TCU com a sociedade. No exercício de 2007, o Tribunal fiscalizou mais de 70% dos recursos orçamentários destinados ao setor de energia. Somente os projetos especiais alocados para área de petróleo totalizaram mais de R\$ 13 bilhões. E no exercício de 2008, foram realizadas 28 fiscalizações na subfunção orçamentária “energia”, totalizando um volume de recursos da ordem de R\$ 19,3 bilhões, com R\$ 1,8 bilhão destinados ao setor elétrico e R\$ 17 bilhões para a subfunção “petróleo”.

# Seminário discute melhorias do controle da dengue em todo País

Ao abrir o seminário Combate à dengue: descentralização, responsabilidade e controle, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, destacou que o encontro pretende fomentar o debate acerca da política adotada pelos gestores federais, estaduais e municipais no controle da dengue, um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Segundo ele, trata-se de uma dificuldade que tem de ser enfrentada por todo País, em todos os níveis de governo e por todos os segmentos da população. “Entende-se que uma sistemática de fiscalização eficaz do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) só poderá ser obtida com a convergência de esforços de todos os órgãos, instituições e organizações responsáveis, em alguma medida, pelo controle da gestão pública”, observou.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 80 milhões de pessoas se infectem anualmente, em 100 países, de todos os continentes, exceto a Europa. Segundo a OMS, o Brasil respondeu por quase dois terços dos casos de dengue nas Américas em 2007. Campelo lembrou que, em razão do aumento de casos no País, o orçamento público vem recebendo incremento anual com o objetivo de reduzir o número de ocorrências. Com um adicional orçamentário de R\$ 128 milhões no Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS), o governo federal soma R\$ 740,2 milhões aplicados no combate à dengue este ano, valor 30% maior que o aplicado em 2007.

